

Projetos Interdisciplinares - PI

Regulamento

Curso DIREITO



2025.1

SUMÁRIO

1.	O QUE É O PROJETO INTERDISCIPLINAR (PI)	2
2.	DOS OBJETIVOS DO PI	3
3.	DO ACOMPANHAMENTO DOCENTE	4
4.	DA FORMAÇÃO DOS GRUPOS.....	5
5.	DA ETAPAS E REQUISITOS DA ENTREGA	6
6.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	6
7.	COMO OS PIs DOS CURSOS SERÃO AVALIADOS:.....	9
8.	OCORRÊNCIA DE PLÁGIO	12
9.	DAS PENALIDADES.....	12
10.	DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E IMPREVISTOS	14
11.	DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA	15
12.	CALENDÁRIO INTERNO DO SEMESTRE 2025_1:	15
13.	DAS ENTREGAS DOS ESTUDANTES - CRONOGRAMA.....	17
14.	ANEXO – MODELOS BANNER.....	18
15.	MODELO FICHA DE AVALIAÇÃO:.....	19
16.	PROPOSTA DE PROJETO INTERDISCIPLINAR POR CURSO TURMA	20

1. O QUE É O PROJETO INTERDISCIPLINAR (PI)

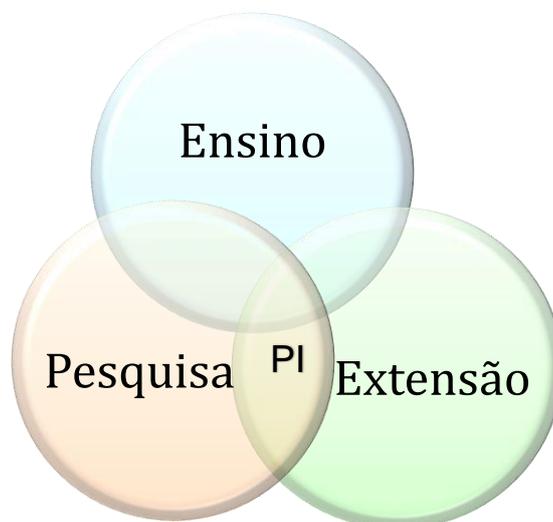
O Projeto Interdisciplinar do curso de graduação presencial está inserido na proposta de currículo flexível e modular constitui-se da elaboração de um trabalho integrado, pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O PI ocorre semestralmente e é fruto de uma mobilização criativa e reflexão crítica dos alunos sobre os conteúdos estudados durante o seu percurso formativo. O projeto sistematiza o conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à área de formação profissional, e pressupõe a articulação e a integração dos diferentes componentes curriculares com as experiências cotidianas, vivências profissionais e avanços do setor produtivo, ratificando, retificando e/ou ampliando o campo de conhecimento. O PI na FAM é atividade que se integra à matriz curricular e a organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a FAM e os outros setores da sociedade por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Essa produção acadêmica com viés de aplicação prática, tem rigor metodológico, orientada por professores do curso. Sua avaliação se dá por meio da análise do processo de desenvolvimento do projeto e também pela apresentação e defesa da ideia ao final do semestre. Os trabalhos que compõem o Projeto Interdisciplinar acontecem neste contexto e podem se transformar no início do portfólio acadêmico e profissional do aluno.

2. DOS OBJETIVOS DO PI

O Projeto Interdisciplinar (PI) objetiva incentivar, desde o início do curso, a realização **de trabalhos em grupo pelos discentes**, sob a efetiva orientação docente, a fim de promover a integração e a interdisciplinaridade, de modo coerente com o eixo de desenvolvimento curricular, para integrar as dimensões técnicas, científicas, econômicas, sociais, ambientais e éticas voltados a:

- a) Articular os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas
- b) Estimular diferentes práticas de estudos independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.
- c) Fortalecer a articulação da teoria com a prática a fim de proporcionar, no ambiente acadêmico, experiências relacionadas às atuações profissional e social.
- d) Promover, desde o início do curso, a oportunidade aos alunos de entrar em contato com a prática e com o desenvolvimento de competências relacionadas ao pleno exercício profissional, usando os projetos como estímulos desafiadores.
- e) Desenvolver atividades que reforçam os conteúdos das disciplinas do semestre, relacionando-os à profissão e dando significado ao que está sendo abordado nas disciplinas teóricas ou teórico-práticas.



3. DO ACOMPANHAMENTO DOCENTE

Os professores alocados nos semestres dos cursos, serão orientadores dos PIs, colaborando com os conteúdos pertinentes a suas disciplinas em cada trabalho grupal, sendo essa colaboração elemento norteador do processo ensino-aprendizagem, envolvendo os alunos e estimulando-os à busca autônoma do saber e articulação das questões de seu próprio interesse com o tema geral do semestre, promovendo o desenvolvimento de outras habilidades, além daquelas estabelecidas nos percursos que acontecem em sala de aula. Por isto, as disciplinas do semestre preveem também estes espaços para os encontros entre os professores e os grupos. **O professor focal** deve passar à Coordenação do curso os dados de cada grupo, compreendendo o **TEMA A SER ABORDADO, NOME DOS ALUNOS, RA, SEMESTRE e PERÍODO**, até a data limite constante no calendário para que o curso organize o processo de finalização e apresentação dos trabalhos dos alunos.

4. DA FORMAÇÃO DOS GRUPOS

A formação dos grupos e definição do possível tema do trabalho deve ser apresentado à Coordenação do curso em data divulgada no Cronograma semestral do PI. Constitui exceção os alunos com matrícula posterior aos prazos estabelecidos no Cronograma semestral do PI. Com estes dados, a Coordenação nomeia o professor focal de cada grupo.

- Os grupos devem ser compostos por no **mínimo 4** (quatro) e no **máximo 5** (cinco) alunos. Caso não seja possível completar um grupo com estas especificações, os alunos excedentes são redistribuídos nos grupos já formados. Em turmas pequenas, a relação de número de alunos poderá ser no mínimo N^o alunos por grupo, considerando sua proporcionalidade.

- Mudanças nas formações dos grupos só podem acontecer até a data limite estabelecida no cronograma semestral do PI; a partir dessa data, o aluno não poderá trocar de grupo. Caso o mesmo não contribua para a elaboração do projeto do seu grupo, receberá nota zero de PI.

- Projetos de PI que já tenham sido discutidos e acordados com o professor focal só poderão ser alterados com a comunicação prévia e aprovação destes.

- **Não serão aceitos trabalhos individuais;**

- O Grupo de discentes e seus membros de forma individual, ao submeterem seu artigo e banner, cedem automaticamente os direitos autorais em caráter irrevogável e gratuito ao Centro Universitário das Américas, entidade promotora do projeto interdisciplinar que poderá publicar o artigo com menção aos respectivos autores e ao evento, seja no formato digital ou impresso, nas suas revistas ou em outras publicações a seu critério. O discente, individualmente, concorda em ceder gratuitamente e autorizar o uso de sua imagem, voz e sua aparência em fotografias, gravações de áudio e vídeo, produzidas ou capturadas pelas pessoas autorizadas Centro Universitário das Américas podendo ser utilizadas em materiais impressos, digitais, eletrônicos, online e em mídias sociais, incluindo, mas não se limitando a estas, que poderão ser utilizadas para divulgação e marketing da instituição.

- Outros conflitos como: incompatibilidades entre os componentes do grupo, divergências de pensamento e outras, devem ter tratativas internas, para que os próprios integrantes concebam soluções; caso isto não ocorra, o professor focal e Coordenação de curso poderão ser solicitados como mediadores nestes processos.

5. DA ETAPAS E REQUISITOS DA ENTREGA

O Projeto Interdisciplinar (PI) revisa, problematiza e consolida os conteúdos programáticos do semestre. Os alunos se reúnem em grupos de trabalho e mobilizam as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias para planejar, desenvolver e defender o tema selecionado. Ao permear as disciplinas do período, o PI atua como um laboratório de práticas e de produção de conhecimento, individual e coletivo. As atividades serão desenvolvidas em laboratórios, salas multidisciplinares, estúdios e agências discentes, bem como ações fora da FAM, sob orientação dos professores do período. O PI avalia o desenvolvimento do tema (processo) pelo grupo no semestre e, também, a qualidade do produto entregue conduzindo o estudante em 3 elementos importantes: **a) demanda social; b) aluno como protagonista e; c) resultado/transformação.**

a) ETAPA TEÓRICA:

Haverá um trabalho escrito e deverá cumprir, conforme **modelo a ser disponibilizado para download**, os seguintes itens: O trabalho realizado pelos alunos deverá ser apresentado na modalidade artigo e deverá ser assim estruturado: **Requisitos mínimos de conteúdo**: Capa – primeira página, onde deverá indicar o nome completo, RA, e-mail, disciplinas que o aluno está cursando presencialmente, 1 parágrafo contando como foi a contribuição das disciplinas do semestre para o desenvolvimento do PI e 1 parágrafo com sugestão de temas para o próximo PI. A partir da segunda página – **é a partir desta página que será contado o número mínimo de páginas para compor o trabalho** –: Título do artigo (todo em maiúsculas e em negrito); Nome do autor, alinhado à direita e a indicação do semestre, Registro Acadêmico (RA) bem como e-mail válido em nota de rodapé na modalidade de referência; O Artigo deverá conter breve introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Os subtítulos, diferentemente do restante do texto, deverão constar em letra maiúscula, com alinhamento à esquerda, devendo a numeração começar na introdução e terminar na conclusão; O artigo deverá ser produzido em língua portuguesa, possuir clareza, ordem lógica, coerência, ortografia e gramática adequados, conteúdo relacionado e com aderência ao tema do projeto, com extensão **total de no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) páginas**; **Requisitos mínimos de formatação**: O artigo deve possuir os seguintes requisitos de formatação:- Letra com fonte **Times New Roman**,

tamanho 12; - Espaçamento entre linhas - 1,5; - **Margem esquerda de 3cm; margem direita de 2cm; margem superior de 3cm; margem inferior de 2cm;** - Deve conter: Resumo, Palavras-chave, Introdução, Desenvolvimento (com subtítulos), Conclusão e Referências; - Resumo não deve exceder 300 palavras cada. Palavras-chave devem respeitar o limite máximo de 5 termos. O artigo deverá ter extensão mínima de 10 e máxima de 15 páginas, incluindo todos os elementos pré e pós-textuais; - Citações com mais de 4 linhas devem ser formatadas com recuo de 4cm, espaçamento simples e letra 11; - Introdução e Referências não possuem numeração; - As Referências devem ser formatadas em Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento simples;- As referências obtidas em website devem ser citadas com a URL e a data de acesso ao website.- **Nas referências bibliográficas, para o curso de Direito, será exigido a indicação de, no mínimo, 03 (três) livros.** O não cumprimento deste critério terá impacto na nota final.
Regras de formatação acesse: www.vemprafam.com.br/biblioteca |

b) ETAPA DE APRESENTAÇÃO:

Essa etapa será definida pela coordenação do curso e NDE, conforme as especificidades de cada curso, podendo escolher entre os mais comuns: **banner virtual e sua versão em banner impresso em papel ou lona no tamanho 0.90 x 1.20, conforme o modelo a ser publicado no edital do semestre.**

c) DA VALIDAÇÃO DE HORAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Os estudantes ingressantes **a partir** de 2023.1 poderão validar 20 (vinte) horas de Extensão Universitária por meio da participação no 8º Congresso de Projetos Interdisciplinares do Curso de Direito, a ser realizado de **26 a 28 de maio de 2025**, nos Campi Augusta e Moinho/Mooca. Para a devida validação das horas, o aluno deverá:

1. Registrar a apresentação: Tirar uma foto **individual** ao lado do material de apresentação durante o Congresso.
2. Preencher o relatório padrão: Que será disponibilizado na área de Tarefas do Projeto Interdisciplinar (PI) *em modo virtual pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS.*
3. **O preenchimento do relatório é de caráter individual.**
4. Submeter o relatório: O arquivo deverá **ser salvo em formato PDF** e enviado na tarefa correspondente dentro do prazo estipulado no *Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS.*

Os alunos deverão estar atentos ao prazo, sendo imprescindível o acompanhamento das abas da plataforma Canvas, pois não haverá prorrogação do prazo.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme **RESOLUÇÃO CONSEPE N.º 01/2021**, de 02 de fevereiro de 2021 - Indicador de Desempenho acadêmico:

Critério geral: Conforme **Art. 3** Caberá aos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE e aos Colegiados de cada curso deliberar e definir a composição das avaliações (A1 e A2) e **dos Projetos Interdisciplinares**, bem como acompanhar todo o processo e o resultado das avaliações de desempenho acadêmico e assegurar o cumprimento das diretrizes e dos critérios previstos, conforme as especificidades das competências que se pretendem desenvolver.

Havendo PI a nota será computada na A2 (conjunto das avaliações do desempenho do aluno, aplicada pelo docente no final de cada semestre letivo com valor total de zero a 5 cinco) **será composta da seguinte forma:**

- a) **0 (zero) a 2 (dois) pontos: composta pelo desenvolvimento de um Projeto Interdisciplinar (PI).**
- b) 0 (zero) a 3 (três) pontos: composta por uma prova presencial, individual e sem consulta, com questões objetivas e dissertativas, que engloba todo o conteúdo desenvolvido ao longo do semestre;
- c) A distribuição de pontos de PI (de 0 a 2,0) podem variar conforme as determinações específicas de cada curso.
- d) A nota do PI fará parte, exclusivamente, das disciplinas presenciais, ficando as disciplinas de EAD com composição específica do online;
- e) A nota do PI **não compõe a nota das disciplinas da modalidade on-line** ofertadas no semestre (20% ou 40%);
- f) A nota do PI não compõe as notas das disciplinas cursadas em regime de dependência ou adaptação, desde que o aluno não as esteja cursando a mesma presencialmente ;
- g) A nota do PI **NÃO será contabilizada nas avaliações A3**, que valerá a totalidade dos 5 pontos da etapa avaliativa.

7. COMO OS PIs DOS CURSOS SERÃO AVALIADOS:

TIPO DE ENTREGA	O QUE SERÁ AVALIADO
Para todos – Item comum	<p>Respeito às orientações deste documento e ao Edital Publicado;</p> <p>Apresentar ficha de avaliação contendo os critérios de avaliação.</p>
Em relação a parte TEÓRICA produzida para o Projeto Interdisciplinar - relatório/ artigo/ papers, serão avaliados:	<p>Haverá um trabalho escrito e deverá cumprir, conforme modelo a ser disponibilizado para download, os seguintes itens: O trabalho realizado pelos alunos deverá ser apresentado na modalidade artigo e deverá ser assim estruturado: <u>Requisitos mínimos de conteúdo:</u> Capa – primeira página, onde deverá indicar o nome completo, RA, e-mail, disciplinas que o aluno está cursando presencialmente, 1 parágrafo contando como foi a contribuição das disciplinas do semestre para o desenvolvimento do PI e 1 parágrafo com sugestão de temas para o próximo PI. A partir da segunda página – <u>é a partir desta página que será contado o número mínimo de páginas para compor o trabalho</u> –: Título do artigo (todo em maiúsculas e em negrito); Nome do autor, alinhado à direita e a indicação do semestre, Registro Acadêmico (RA) bem como e-mail válido em nota de rodapé na modalidade de referência; O Artigo deverá conter breve introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Os subtítulos, diferentemente do restante do texto, deverão constar em letra maiúscula, com alinhamento à esquerda, devendo a numeração começar na introdução e terminar na conclusão; O artigo deverá ser produzido em língua portuguesa, possuir clareza, ordem lógica, coerência, ortografia e gramática adequados, conteúdo relacionado e com aderência ao tema do projeto, com extensão total de no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) páginas; <u>Requisitos mínimos de formatação:</u> O artigo deve possuir os seguintes requisitos de formatação:- Letra com fonte Times</p>

	<p>New Roman, tamanho 12; - Espaçamento entre linhas - 1,5; - Margem esquerda de 3cm; margem direita de 2cm; margem superior de 3cm; margem inferior de 2cm; - Deve conter: Resumo, Palavras-chave, Introdução, Desenvolvimento (com subtítulos), Conclusão e Referências; - Resumo não deve exceder 300 palavras cada. Palavras-chave devem respeitar o limite máximo de 5 termos. O artigo deverá ter extensão mínima de 10 e máxima de 15 páginas, incluindo todos os elementos pré e pós-textuais; - Citações com mais de 4 linhas devem ser formatadas com recuo de 4cm, espaçamento simples e letra 11; - Introdução e Referências não possuem numeração; - As Referências devem ser formatadas em Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento simples;- As referências obtidas em website devem ser citadas com a URL e a data de acesso ao website.- Nas referências bibliográficas, para o curso de Direito, será exigido a indicação de, no mínimo, 03 (três) livros. O não cumprimento deste critério terá impacto na nota final.. <i>Regras de formatação acesse:</i> www.vemprafam.com.br/biblioteca </p> <p>Métodos: Clareza na descrição dos procedimentos; adequação aos objetivos propostos.</p> <p>Formatação e linguagem: Linguagem técnico-científica; adequação gramatical; formatação das referências nas normas solicitadas – ABNT.</p> <p>Referências bibliográficas: Os autores mencionados nos textos estão citados nas referências bibliográficas? As referências estão apresentadas segundo as normas da ABNT NBR vigentes? São fontes de pesquisa confiáveis. Há atualidade das referências citadas.</p>
<p>Em relação a participação e DESENVOLVIMENTO DO PROJETO</p>	<p>Trabalho em equipe – avaliação do docente e em pares sobre o desenvolvimento do grupo, cooperação e comprometimento.</p> <p>Comunicação;</p>

Interdisciplinar, serão avaliados:	<p>Habilidades para discussão do problema (Identificar o problema e gerar hipóteses/ usar conhecimentos prévios/ participar ativamente do grupo);</p> <p>Habilidades para solucionar o problema (demonstrar estudo prévio com informações pertinentes/ capaz de sintetizar e expor informações de forma organizada/ apresentar atitude crítica em relação às informações trazidas pelos membros);</p> <p>Domínio do assunto; Apresentação com familiaridade com o tema e desenvoltura;</p> <p>Criatividade/inação.</p>

8. OCORRÊNCIA DE PLÁGIO

Segundo a legislação brasileira O PLÁGIO É CRIME de violação dos direitos autorais, previsto no artigo 184 do Código Penal, passível de punição, que pode ser desde multa até a reclusão de quatro anos, observando-se o contexto, a abrangência e como o direito autoral foi violado.

No âmbito do curso, as sanções administrativas podem incorrer até a penalidade de Reprovação no componente curricular. Para que não seja configurado plágio nos trabalhos acadêmicos, é necessário incluir citação no corpo do texto, e referências, seguindo as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

ATENÇÃO: Em caso de plágio, compra de trabalho, cópia total, cópia parcial sem os devidos créditos, utilização de sites de Inteligência Artificial (IA) e fraudes semelhantes, confirmada e comprovada a ocorrência do fato, **será atribuída a nota 0 (zero) ao trabalho**, e a informação será encaminhada à Coordenação do Curso de Direito, para as eventuais medidas cabíveis.

A nota é do grupo, portanto todos os discentes integrantes serão responsáveis pelo trabalho apresentado, não cabendo alegações de responsabilidades individuais.

ATENÇÃO: Em caso de plágio, o trabalho será anulado e o grupo terá zero como nota de PI.

9. DAS PENALIDADES

- a) O não comparecimento individual ou do grupo para a apresentação, implicará na não atribuição de nota, mesmo que tenha cumprido as demais etapas do projeto.
- b) A falta injustificada, individual, de qualquer elemento do grupo à apresentação, levará a não atribuição de nota ao aluno faltoso.
- c) Caberá ao professor focal do Projeto Interdisciplinar, juntamente com a coordenação do curso e NDE, avaliar a justificativa do aluno, acatar ou não, que por ventura precisar se ausentar da apresentação oral, formalizando a decisão junto ao aluno em data anterior à ata prevista para a apresentação do trabalho, salvo em caso de doença comprovada por atestado médico.
- d) Caso o aluno somente curse DPs e/ou Adaps no semestre, **desde que não estejam cursando as mesmas presencialmente**, estará dispensado do PI, portanto a avaliação de A2 deverá ter pontuação entre 0,0 e 5,0. Caso o aluno esteja realizando disciplinas na

modalidade de Dependência ou Adaptação, **desde que esteja cursando presencialmente as disciplinas**, deverá realizar a informação das mesmas no momento da submissão do artigo.

- e) Alunos que, no estejam cursando o 10º semestre, e estejam matriculados na disciplina TCC não realizarão o PI, **10º Semestre estão dispensados** da realização do Projeto Interdisciplinar devendo seguir as orientações do Curso de Direito no que se refere aos Regulamento e Edital do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob responsabilidade do Professor Ms. Murilo Neves Amaral.
- f) Na disciplina do Projeto Interdisciplinar não existe a possibilidade de recuperação em prova alternativa, devendo ser respeitados os prazos e forma de entrega e apresentação dos trabalhos a serem definidos no Edital que será publicado no início de cada Semestre.
- g) Comprovado caso de plágio, compra de trabalho, cópia total, cópia parcial sem os devidos créditos, utilização de sites de Inteligência Artificial (IA) e fraudes semelhantes, confirmada e comprovada a ocorrência do fato, o trabalho **será anulado e o grupo terá zero como nota** de PI e a informação será encaminhada à Coordenação do Curso de Direito, para as eventuais medidas cabíveis.

10. DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E IMPREVISTOS

Conflitos e imprevistos, como problemas entre os componentes do grupo, devem ter tentativas internas de soluções definidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos. Em último caso, caberá ao professor líder, responsável pela disciplina centralizadora, mediar os processos de conflitos e outros imprevistos que vierem comprometer o trabalho, buscando o consenso entre os membros da equipe e conversando com os colegas professores, para emitir seu parecer final.

Haverá uma data limite estipulada (vide item calendário) para formalização dos grupos de PI e o aluno que decidir não continuar com seu grupo original após a data, receberá nota zero(0) de PI. Em caso de dissolução do grupo inteiro, o mesmo encaminhamento será dado a todos os membros desse grupo.

Haverá o aceite de inclusão de novos membros, apenas, nos casos de matrículas tardias ou por transferência após a data limite da formação dos grupos.

Projetos que já tenham sido discutidos e acordados com os professores, se forem alterados em forma e/ou conteúdo após o OK para o encaminhamento, também poderão sofrer impacto na pontuação recebida.

Os trabalhos deverão conter fontes usadas e os respectivos créditos de autoria. Reitera-se que, em caso de plágio, compra de trabalho, cópia total, cópia parcial sem os devidos créditos, utilização de sites de Inteligência Artificial (IA) e fraudes semelhantes, o trabalho **será anulado, o grupo terá zero como nota** de PI e será levado ao conhecimento a Coordenação do Curso para as eventuais medidas cabíveis.

11. DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA

O resultado deverá ser apresentado no Congresso Interdisciplinar do Curso, conforme o cronograma semestral do PI, com a presença da banca avaliadora, dos colegas do curso e aberto à comunidade, garantindo a participação de parte ou totalidade dos projetos aprovados pela curadoria dos cursos. O Congresso poderá ocorrer **em qualquer um dos Campi** do Centro Universitário das Américas, conforme organização interna, independente daquele que o estudante esteja vinculado.

Para efeito de extensão Universitária, somente os estudantes ingressantes no ano de 2023, terão a participação no Congresso de PI validada como horas de Extensão Universitária mediante o envio de material comprobatório na sala do Canvas denominada Sala de PI, amparada pela **Resolução nº 07 do MEC/CNE/CES**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Todas as áreas deverão, de acordo com critérios de cada curso, produzir e entregar material em formato de resumos estruturados sobre o projeto com finalidade de compor a publicação da Revista eletrônica da FAM.

Aos alunos destacar de algumas regras básicas:

- a) O grupo deve estar presente desde o início das apresentações do dia;
- b) A ordem de apresentação obedecerá a uma organização pelo curso, oportunamente divulgada aos alunos com a devida antecedência;
- c) Todos os componentes do grupo devem estar presentes no início da apresentação;
- d) O aluno ausente sem justificativa comprovada perderá a nota de apresentação atribuída ao seu grupo;
- e) Cada grupo terá tempo definido para apresentar o trabalho;
- f) Os alunos deverão entregar o banner impresso para ser possível a apresentação;
- g) Os trabalhos poderão ser avaliados durante o evento, se assim for designado pelos NDEs dos cursos de graduação.
- h) Destaca-se que, amparado analogicamente na jurisprudência do STF, não compete a coordenação substituir os professores examinadores para reexaminar o conteúdo dos critérios de correção utilizados, o que se exige é que se dê tratamento igual a todos os alunos
- i) Os casos omissos serão analisados pela Coordenação de curso e coordenação geral.

12. CALENDÁRIO INTERNO DO SEMESTRE 2025_1:

Datas limite	Ações	detalhamento
10/02	Entrega dos regulamentos preenchidos pelos coordenadores à coordenação geral	Documento unificado, preenchido com as particularidades de cada curso.
12/02 a 24/02	Divulgação das regras (PI) específicas do curso aos alunos.	Apresentar o roteiro a ser desenvolvido e o modelo do que deve ser o produto final. Data para postagem de recado padrão institucional nas salas do Canvas de todas as disciplinas sobre os PIs.
Até 17/03	Período de Formação dos grupos de alunos para o PI.	Entre 4 a 7 integrantes por grupo (proporcionalmente a turma).
17/03	Data limite para alteração ou ajustes de grupos de PI.	Mudança ou entrada de novos participantes
Até 06/05	Entrega das Propostas finalizadas com os grupos formados pelas coordenações de cursos à Coordenação Geral. (quantitativo geral)	Os temas e grupos que não forem apresentados até essa data, ficarão fora da programação do Congresso. Não serão aceitos trabalhos de grupos sem cadastramento prévio.
26/05 a 28/05 (conforme programação)	Congresso de Pis - Apresentação pública dos trabalhos bancas produtos finais.	Programação de acordo com as alocações nos espaços físicos. Organização do Evento
De 27/05 a 14/06	Validação pelo aluno da TAREFA 8º CONGRESSO DE PI pelo Canvas.	Para os estudantes ingressantes a partir de 2023.1 – tirar uma foto da apresentação com seu material no Congresso e preencher, individualmente, o relatório padrão disponível no Canvas – sala do PI e envie o PDF na tarefa correspondente, para validar 20 horas de Extensão Universitária.
Na semana de vistas de provas 05/06 a 11/06	Divulgação de notas (PI) aos alunos.	O aluno poderá conferir a nota da prova juntamente a nota do PI com os professores presenciais
Até 30/06	Envio da estrutura de Artigos selecionados pelos cursos para publicação na Revista Interação.	Artigos alinhados no template disponibilizado às coordenações. Todas as áreas deverão produzir material (Resumos) para Publicação na Revista eletrônica da FAM. Deverão integrar a publicação, todos os artigos aprovados de acordo com os critérios definidos nos NDEs.

13.DAS ENTREGAS DOS ESTUDANTES – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA – Projeto Interdisciplinar	
Curso de Direito	
12/02/2025 a 24/02/2025:	divulgação do edital
24/02/2025 a 17/03/2025:	informação dos grupos pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS formação dos grupos pelos alunos
24/02/2024 a 17/04/25:	período de elaboração e entrega dos trabalhos (artigo e proposta de banner) pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS
17/04/24 às 23h59:	data e horário finais de entrega dos trabalhos (artigo e proposta de banner) pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS
26/05/2025 a 28/05/2025:	Realização do Congresso Interdisciplinar, entrega do banner impresso e avaliação oral dos trabalhos
27/05/2025 a 14/06/2026:	Validação pelo aluno da TAREFA 8º CONGRESSO DE PI pelo Canvas (Para os estudantes ingressantes a partir de 2023.1)
05/06/2025:	Será divulgada uma <i>listagem Geral contendo as fichas de avaliação dos grupos serão disponibilizadas no Canvas, setor de avisos</i>
05/06/2014 a 11/06/2024:	Vista de provas A2, onde o aluno poderá conferir a nota da prova juntamente a nota do PI com os professores presenciais.
11/06/2024:	data limite para lançamento pelos professores das disciplinas presenciais da nota do PI na A2 no portal do aluno

14. ANEXOS – MODELOS BANNER

a) NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO PÔSTER / MODELO



TÍTULO DO TRABALHO

Nome completo do autor¹; Nome completo do autor¹; Nome completo do autor¹; Nome completo do autor²Nome completo do autor¹;
Nome completo do autor¹; Nome professor orientador²
¹ Discentes do Curso xxxxx do Centro Universitário das Americas, ² Docente do Curso xxxxx do Centro Universitário das Americas

INTRODUÇÃO

A introdução deve ser concisa, apresentando o contexto do trabalho, as motivações e a sua importância para a sociedade, para a área de estudo ou para o público-alvo.

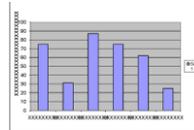
RESULTADOS

Os resultados obtidos devem ser apresentados de forma sucinta. Tabelas e gráficos devem seguir os mesmos critérios das figuras, centralizados na página com legendas seguindo a numeração em ordem crescente.

OBJETIVOS

Listar de maneira sucinta os objetivos gerais e específicos do trabalho

Figura 1: Gráfico



As figuras devem ser numeradas e com legendas explicativas

MÉTODOS

Descrição dos métodos do trabalho, as etapas de execução, a organização da equipe, os materiais utilizados, etc.

CONCLUSÃO

A conclusão deve conter uma breve análise dos resultados obtidos. Comentar também as perspectivas futuras do trabalho

REFERÊNCIAS

Cite 5 principais - Somente as que aparecerem no texto do poster.
SEGUIR AS NORMAS DAABNT
*Exemplo: SOBRENOME, A. et al. Nome revista. Ano de publicação
*Tamanho da letra mínimo de 44 –

Modelo disponível na sala institucional.

A estrutura do pôster deverá incluir vários tópicos, não-obrigatórios e variáveis de acordo com o tema e o conteúdo.

- Título, geralmente com tamanho de fonte maior que o do texto. Abaixo, identificar a instituição e local de desenvolvimento do trabalho.
- Autor(es), incluindo orientador e pessoas que participam do trabalho. A titulação acadêmica e profissional dos autores pode ser marcada por asteriscos, colocando-se os títulos logo após a relação dos nomes.
- Introdução, breve.
- Objetivos, não sendo necessário colocá-los todos, o objetivo geral e os específicos.
- Métodos, descrição dos métodos do trabalho, etapas de pesquisa etc.
- Resultados/Conclusões ou Considerações finais, ao lado dos objetivos. É a parte mais significativa do pôster.
- Informações adicionais (se necessário).
- Referências bibliográficas, apenas dos autores citados no texto, máximo de 5.
- Poderá constar no pôster uma tabela ou uma figura.

15. MODELO FICHA DE AVALIAÇÃO:

I. IDENTIFICAÇÃO

PROFESSORES AVALIADORES: _____
NOME DOS AUTORES ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____ ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____ ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____ ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____ ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____
TÍTULO DO TRABALHO: _____

II. REALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO

ASPECTOS FORMAIS DO TRABALHO ESCRITO: Todos os elementos formais estão presentes (título, Introdução, desenvolvimento, conclusão e referências), e há articulação e coerência teórico-metodológica? – até 0,25 PONTO		
() 0,00	() 0,25	
ASPECTOS FORMAIS e de CONTEÚDO: As referências estão presentes como determina o edital e são atuais e abrangem a literatura relevante sobre o tema? A pesquisa realizada possui complexidade e profundidade compatível com o caráter científico? – até 0,50 PONTO		
() 0,00	() 0,25	() 0,50
ASPECTOS FORMAIS e de CONTEÚDO: A conclusão apresenta resposta ao problema da pesquisa? A conclusão é adequada aos objetivos indicados na introdução? – até 0,50 PONTO		
() 0,00	() 0,25	() 0,50

III. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO ORAL E BANNER

ASPECTOS FORMAIS e de CONTEÚDO: Uso de linguagem adequada e apresentação dentro do tempo estipulado. Domínio do conteúdo e clareza dos alunos durante a apresentação – até 0,75 PONTO			
() 0,0	() 0,25	() 0,5	() 0,75

IV. NOTA TOTAL (de 0,00 a 2,00): _____

V. OBSERVAÇÕES

São Paulo, ____ de _____ de 20____.

Rubrica dos professores avaliadores

16. PROPOSTA DE PROJETO INTERDISCIPLINAR POR CURSO |
TURMA

PROJETO INTERDISCIPLINAR POR TURMAS	
Período Letivo: 2025_1 Curso: Direito	
Turma(s): 1º e 2º Semestres	
T1 Tema: Direitos Humanos e Sustentabilidade: Uma Análise Filosófica e Jurídica para a Construção de um Futuro Justo e Sustentável.	
Disciplinas do semestre que contribuem para o PI: <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Estudo do Direito • Direitos Humanos • Filosofia Geral e Jurídica 	
Time de professores: Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira Prof Ms. Murilo Naves do Amaral Prof. Ms. Omar Chamon Profa Esp. Grace Kelly Freitas Mendonça	
<p>A abordagem com intersecção entre os direitos fundamentais, a preservação ambiental e as responsabilidades jurídicas e éticas que envolvem a sustentabilidade serão trabalhados pelos alunos. A partir da Introdução ao Estudo do Direito, é possível contextualizar os fundamentos legais e constitucionais que garantem os direitos humanos em um mundo cada vez mais afetado pela degradação ambiental. A disciplina de Direitos Humanos pode explorar como esses direitos, como o direito à vida, à saúde e ao ambiente saudável, estão diretamente ligados à sustentabilidade. A Filosofia Geral e Jurídica contribuirá com uma análise crítica sobre os conceitos de justiça, equidade e as implicações morais das decisões jurídicas em prol de um futuro sustentável, promovendo a reflexão sobre as bases filosóficas que sustentam o direito à um meio ambiente equilibrado e saudável para as gerações futuras.</p> <p>Tópicos de Discussão Propostos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) A Evolução dos Direitos Humanos e sua Relação com a Sustentabilidade Ambiental: Análise da ampliação dos direitos humanos para incluir o direito a um ambiente saudável, considerando sua evolução histórica e sua conexão com a agenda de sustentabilidade. b) O Princípio da Justiça Intergeracional e seus Desafios Jurídicos: Discussão sobre o direito das futuras gerações a um planeta saudável e as responsabilidades jurídicas atuais na proteção ambiental, à luz do princípio da justiça intergeracional. c) Responsabilidade Corporativa e Direitos Humanos: O Papel das Empresas na Sustentabilidade: Reflexão sobre as obrigações das empresas na proteção dos direitos humanos e na adoção de práticas sustentáveis, alinhando ética empresarial e responsabilidade ambiental. d) A Filosofia do Direito e a Sustentabilidade: A Construção de uma Teoria Jurídica Verde: Debate sobre como as correntes filosóficas jurídicas podem contribuir para a criação de uma teoria jurídica sustentável, que integre os direitos humanos e a preservação ambiental de maneira ética e justa. e) O Papel do Estado na Proteção dos Direitos Humanos e da Sustentabilidade Ambiental: Análise do papel dos governos na promoção e proteção dos direitos humanos, com foco na criação de políticas públicas sustentáveis que atendam às necessidades atuais e futuras da população. f) Fashion Trash e Direitos Humanos: A Ética Jurídica no Descarte de Roupas e a Sustentabilidade Social: Debate envolvendo a análise das leis e regulamentações que tratam dos impactos ambientais e sociais da moda aprofundando a discussão sobre os direitos dos trabalhadores na indústria têxtil, como as condições de trabalho em países de baixa renda e os direitos dos consumidores em relação a produtos sustentáveis g) Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável. 	

Turma(s): 3º e 4º Semestres

T2 | Tema: A Responsabilidade Jurídica nos Contratos Sustentáveis: Desafios na Integração da Sustentabilidade nos Contratos e Obrigações Cíveis

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e dos Contratos em Espécie**
- **Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações**
- **Organização dos Poderes**

Time de professores:

Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof.Ms. Geancarlos de Lacerda Prata

Profa. Msa. Beatriz Salles

Profa Msa. Silvia Amorim Pereira Barretto

Profa Esp. Grace Kelly Freitas Mendonça

Os alunos poderão explorar os desafios jurídicos que surgem ao integrar a sustentabilidade nas normas contratuais e nas obrigações cíveis, tendo em vista a crescente necessidade de práticas empresariais e pessoais responsáveis do ponto de vista ambiental e social. A Teoria Geral dos Contratos poderá abordar no contexto de como as partes podem estruturar seus acordos para incluir cláusulas que promovam a preservação ambiental, a responsabilidade social e o uso responsável de recursos naturais. A Teoria Geral das Obrigações poderá ser utilizada para discutir a natureza das obrigações resultantes de contratos sustentáveis, especialmente em relação à responsabilidade por danos ambientais ou sociais que possam surgir do descumprimento dessas obrigações. Além disso, os alunos poderão explorar a Organização dos poderes, analisando o papel do Estado na regulação e fiscalização dessas práticas e o papel do Poder Judiciário na resolução de litígios envolvendo descumprimento de contratos que envolvem questões ambientais e sociais, buscando um equilíbrio entre os interesses das partes contratantes e os objetivos de sustentabilidade. O desafio central será entender como o ordenamento jurídico pode integrar e reforçar a sustentabilidade como um elemento essencial nas relações contratuais e na constituição das obrigações cíveis.

Tópicos de Discussão Propostos:

- Cláusulas Contratuais Sustentáveis:** Debate sobre a inclusão de cláusulas específicas que obrigam as partes a adotar práticas sustentáveis, considerando os desafios na fiscalização e na execução dessas obrigações.
- A Responsabilidade Civil no Descumprimento de Obrigações Ambientais:** Análise das implicações jurídicas quando uma parte descumpra as obrigações ambientais de um contrato, incluindo os aspectos de responsabilidade civil e os limites da reparação dos danos ambientais.
- Contratos Empresariais e Sustentabilidade:** Discussão sobre como os contratos empresariais podem ser estruturados para promover a sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva, incluindo fornecedores e subcontratados.
- A Regulação do Estado nos Contratos Sustentáveis:** Reflexão sobre o papel do Estado na criação de regulamentações que incentivem ou exijam a inclusão de práticas sustentáveis nos contratos cíveis, e como as políticas públicas podem ser aplicadas para garantir o cumprimento.
- O Papel do Poder Judiciário na Solução de Conflitos e Proteção dos Direitos Ambientais.** Análise do papel do Judiciário na resolução de litígios envolvendo contratos sustentáveis, com foco na proteção do meio ambiente e na aplicação das obrigações previstas nos acordos.
- A Responsabilidade Jurídica na Regulação do Lixo da Moda e Seus Impactos Ambientais:** Este tópico propõe uma reflexão sobre a responsabilidade jurídica relacionada ao fenômeno do "fashion trash", ou seja, o desperdício de roupas e o impacto ambiental causado pelo descarte em massa de produtos têxteis.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Turma(s) 5º e 6º Semestres

T3 | Tema: Responsabilidade Jurídica Empresarial e Penal na Sustentabilidade: Desafios no Setor Corporativo e o Impacto Ambiental das Empresas

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito Empresarial, Direito Societário, Falência e Recuperação Judicial**
- **Teoria do Delito**
- **Teoria da Pena**

Time de professores:

Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof Ms. Murilo Naves do Amaral

Profa Msa. Lilian Barçalobre Manuel

Os alunos abordarão os desafios jurídicos relacionados à sustentabilidade no contexto empresarial, considerando o papel do Direito Empresarial, Direito Societário, Falência e Recuperação Judicial, além da aplicação da Teoria do Delito e Teoria da Pena para responsabilizar empresas que causam danos ambientais. O foco estará em como o sistema jurídico pode integrar as obrigações empresariais com as necessidades ambientais, visando uma abordagem mais sustentável e responsável das corporações.

Tópicos de Discussão Propostos:

- A Responsabilidade das Empresas no Cumprimento das Normas Ambientais:** Discussão sobre como o Direito Empresarial pode ser estruturado para garantir que as empresas adotem práticas sustentáveis, abordando a implementação de cláusulas de responsabilidade ambiental em contratos empresariais e a governança corporativa.
- Direito Societário e Sustentabilidade:** Reflexão sobre o papel das estruturas societárias na incorporação de práticas ambientais, propondo que as empresas incorporem a sustentabilidade como um pilar de suas operações, impactando suas decisões financeiras e de gestão.
- O Impacto da Sustentabilidade nas Empresas em Crise:** Análise de como os desafios ambientais podem influenciar processos de falência e recuperação judicial, considerando as responsabilidades que as empresas têm em relação ao cumprimento de normas ambientais, mesmo em momentos de dificuldades financeiras.
- A Criminalização das Práticas Ambientais Irresponsáveis no Contexto Empresarial:** Estudo sobre as infrações penais que podem ser atribuídas a empresas e seus gestores que negligenciam suas responsabilidades ambientais, como o descarte inadequado de resíduos ou a poluição.
- Aplicação de Sanções para Empresas que Causam Danos Ambientais:** Reflexão sobre as sanções penais que podem ser aplicadas a empresas e seus responsáveis por práticas que prejudicam o meio ambiente, como a poluição ou a violação de normas ambientais, discutindo as consequências penais e a reparação de danos.
- Responsabilidade Penal de Empresas na Moda:** Reflexão sobre as possíveis sanções penais e medidas corretivas para empresas que prejudicam o meio ambiente, através de práticas irresponsáveis relacionadas ao Fastfashion, abordando a Teoria da Pena e como o sistema jurídico pode aplicar penas para garantir a reparação ambiental e a prevenção de danos futuros.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Turma(s) 7º e 8º Semestres

T4 | Tema: Sustentabilidade no Direito Processual Civil e Administração Pública: Desafios Jurídicos na Proteção Ambiental e no Acesso à Justiça

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito Processual Civil – Fase Postulatória e Instrutória**
- **Direito Processual Civil – Meios de Defesa, Fase Decisória e Recursos**
- **Relações Jurídicas no âmbito da Administração Pública**

Time de professores:

Profa. Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof.Ms. Geancarlos de Lacerda Prata

Profa. Msa. Beatriz Salles

Profa. Msa. Silvia Amorim Pereira Barretto

Os alunos destes semestres abordarão os desafios jurídicos e processuais relacionados à sustentabilidade, considerando o papel do **Direito Processual Civil** nas fases postulatória, instrutória e decisória, e sua interação com o direito administrativo público. O foco será discutir como o processo judicial pode ser utilizado para garantir a proteção do meio ambiente e os direitos relacionados à sustentabilidade, analisando os meios de defesa e recursos disponíveis para as partes envolvidas em disputas ambientais. O **Direito Administrativo** pode ser utilizado para garantir a implementação de políticas públicas sustentáveis, com foco no papel da **Administração Pública** na regulação, fiscalização e promoção da sustentabilidade ambiental. A análise se concentra nas obrigações do Estado em proteger o meio ambiente, incluindo a atuação dos órgãos públicos em situações de risco ambiental e a criação de normativas para promover práticas sustentáveis.

Tópicos de Discussão Propostos:

- A Proteção Ambiental no Início do Processo Judicial:** Discussão sobre como os processos judiciais relacionados à sustentabilidade podem ser iniciados, com foco na fase postulatória, abordando a importância da petição inicial na construção de um argumento sólido para a proteção ambiental e o papel da fase instrutória na coleta de provas e documentos que comprovem os impactos ambientais causados por ações de indivíduos ou empresas.
- Estratégias de Defesa em Ações Ambientais:** Análise dos meios de defesa utilizados por réus em ações ambientais, considerando como as partes podem argumentar para evitar responsabilidades ou atenuar suas obrigações no âmbito das disputas sobre sustentabilidade, e como o juiz, na fase decisória, deve equilibrar os interesses envolvidos, garantindo uma decisão que promova a preservação ambiental.
- O Papel do Estado na Regulação e Fiscalização Ambiental:** Reflexão sobre as relações jurídicas no âmbito da Administração Pública, com foco na atuação do Estado na regulação e fiscalização das práticas sustentáveis, discutindo como a administração pública pode ser envolvida em processos que busquem a reparação de danos ambientais e como ela deve garantir a implementação de políticas públicas sustentáveis.
- A Efetividade das Ações Judiciais para um Futuro Sustentável:** Análise dos desafios no acesso à justiça em casos ambientais, considerando as dificuldades enfrentadas pela sociedade civil para obter reparação por danos ambientais e o papel do sistema processual em garantir que as ações relacionadas à sustentabilidade sejam efetivas, rápidas e acessíveis.
- O Papel da Administração Pública na Implementação de Políticas Ambientais Sustentáveis:** Discussão sobre as funções da Administração Pública na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a preservação ambiental, considerando as competências dos órgãos públicos na promoção de iniciativas sustentáveis e a forma como essas políticas devem ser regulamentadas por normas jurídicas.
- Responsabilidade Administrativa por Danos Ambientais: O Papel do Estado na Reparação de Danos ao Meio Ambiente:** Estudo sobre a responsabilidade da Administração Pública na reparação de danos ambientais causados por ações negligentes de entes públicos ou privados, analisando a aplicação de sanções administrativas e outras medidas para garantir a reparação e prevenção de danos ao meio ambiente.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Turma(s) 9º Semestre

T5 | Tema: Direito do Consumidor, Processo Penal e Sustentabilidade: Proteção Jurídica contra Práticas Empresariais e Crimes Ambientais

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito do Consumidor**
- **Direito Processual Penal – Fundamentos e Procedimentos**
- **Direito Processual Penal – Recursos em Espécie e Ações Autônomas de Impugnação**

Time de professores:

Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof Ms. Murilo Naves do Amaral

Profa Msa. Lilian Barçalobre Manuel

Profa Msa. Silvia Amorim Pereira Barretto

Os alunos trabalharão sobre o papel do **Direito do Consumidor** na promoção de um consumo sustentável e na responsabilização de empresas por práticas abusivas e enganosas relacionadas à sustentabilidade. Além disso, abordarão como o **Direito Processual Penal**, por meio de seus **fundamentos, procedimentos e recursos**, pode ser utilizado na responsabilização criminal por danos ambientais e fraudes sustentáveis.

Tópicos de Discussão Propostos:

- O Combate ao Greenwashing e a Proteção do Consumidor Verde:** Estudo sobre o greenwashing (práticas enganosas de marketing ambiental) e a necessidade de proteção do consumidor contra informações fraudulentas sobre sustentabilidade. Análise de como o Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado para coibir abusos de empresas que se promovem como sustentáveis sem realmente adotar práticas ambientais responsáveis.
- Crimes Ambientais e a Atuação do Processo Penal: Fundamentos e Procedimentos na Responsabilização Penal de Empresas:** Discussão sobre a aplicação do Direito Processual Penal na punição de crimes ambientais cometidos por empresas e indivíduos, abordando os principais procedimentos para investigação, denúncia e julgamento desses delitos.
- Crimes contra a Sustentabilidade: Implicações na Efetividade da Justiça Ambiental:** Reflexão sobre como os recursos processuais e ações autônomas de impugnação podem influenciar a responsabilização penal por crimes ambientais, analisando se o excesso de recursos pode dificultar a aplicação de sanções eficazes contra práticas nocivas ao meio ambiente.
- Fast Fashion e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para a Responsabilização Socioambiental da Indústria Têxtil:** Esse tema propõe uma análise sobre como o Direito do Consumidor, o Direito do Trabalho e o Direito Ambiental podem ser utilizados para regular a indústria do fast fashion, considerando suas implicações ambientais e sociais. A discussão abrange desde condições de trabalho análogas à escravidão até o impacto da produção em larga escala e descarte inadequado de resíduos têxteis.
- Responsabilidade Civil e Penal das Indústrias de Fast Fashion por Danos Ambientais e Sociais**
- Esse tema investiga como a responsabilidade civil e penal pode ser aplicada a grandes marcas de fast fashion que violam normas ambientais e trabalhistas, explorando casos de contaminação de água, exploração de mão de obra e descarte irregular de produtos. Também discute as sanções jurídicas e a necessidade de mecanismos eficazes de reparação de danos.
- Acordos Internacionais sobre o Clima e sua Efetividade na Implementação de Políticas Sustentáveis:** Esse tema aborda os principais acordos internacionais sobre mudanças climáticas, como o Acordo de Paris e o Protocolo de Kyoto, e discute seus impactos na legislação ambiental interna dos países. A proposta é avaliar os desafios jurídicos na implementação dessas diretrizes, considerando o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Não haverá correção anterior dos trabalhos para efeito de entrega, apenas orientação, sendo possível a busca de auxílio com os professores das disciplinas cursadas presencialmente, pois o desenvolvimento da atividade é de responsabilidade única e exclusiva dos alunos.

O Centro Universitário das Américas não se responsabiliza por eventuais falhas de tecnologia decorrentes de conexões com a internet ou congestionamento de dados ocasionados por número excessivo de acessos simultâneos nos últimos dias válidos para a submissão dos artigos e propostas de banner.

A Professora Responsável do Projeto Interdisciplinar reserva-se o direito de dirimir discricionariamente as questões relativas a eventuais divergências de interpretação ou de aplicação, erros, redundâncias ou omissões deste Edital.

A Coordenação do Curso de Direito é a instância máxima que decidirá sobre questões incidentes ou eventuais demandas e questionamentos sobre o processo de avaliação dos artigos, para zelar pela qualidade e seriedade do Projeto Interdisciplinar.

Casos excepcionais serão definidos pela coordenação.

Local/Data: São Paulo, 29 de janeiro de 2025

*Prof^a. Dr^a Lays Helena Paes e Silva Dolivet
Coordenação do Eixo Direito e Educação*

*Prof^a. Dr^a Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira
Professora Responsável pelo Projeto Interdisciplinar - Direito*